

Brasil precisa começar a planejar ganho com Margem Equatorial, defendem especialistas¹

Marta Watanabe²

Os cenários mais factíveis de transição energética mostram que em 2050 haverá demanda global ainda alta para petróleo e o gap em relação à oferta será de 40 milhões a 50 milhões de barris ao dia. Com reservas recuperáveis estimadas em 10 bilhões de barris, no valor bruto de R\$ 3,8 trilhões, a Margem Equatorial é candidata para ajudar a suprir essa demanda por um custo de exploração que pode ser relativamente baixo.

A exploração da região requer considerar questões ambientais e também o debate sobre a destinação dos recursos públicos que poderão ser gerados, evitando que a “maldição do recursos naturais” atinja o que promete ser uma nova fronteira de exploração. Além de serem direcionados ao ajuste fiscal, os recursos também devem ser aplicados para combater os efeitos de mudanças climáticas e para mitigar as emissões brutas de gases de efeito estufa associadas à queima de petróleo e gás.

Essas são algumas das conclusões de levantamento feito pelos economistas Bráulio Borges e Francisco Pessoa Faria, ambos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/12/08/brasil-precisa-comecar-a-planejar-ganho-com-margem-equatorial-defendem-especialistas.ghtml>

Acessado em 08.12.2025

² Jornalista do Valor Econômico

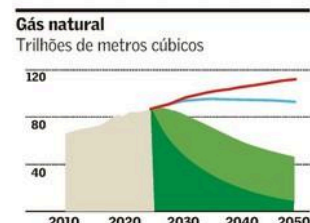
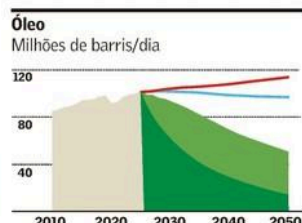
Exploração da Margem Equatorial

Foz do Amazonas e demais bacias



Cenários mais prováveis mostram gap entre oferta e demanda de petróleo e gás
Considerando projeções da Agência Internacional de Energia - IEA

- Declínio natural da oferta atual
- Oferta considerando investimentos existentes e projetos aprovados
- Demanda segundo Cenário de Políticas Declaradas (Stated Policies Scenario), da IEA
- Demanda segundo Cenário de Políticas Atuais (Current Policies Scenario), da IEA



Panorama das emissões brutas brasileiras em 2024

Considerando gases de efeito estufa - milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente

Fatores	Emissões
Mudanças de Uso da Terra	906
Agropecuária	626
Energia	424
Resíduos	96
Processos industriais	94
Total	2146

Para evitar maldição dos recursos naturais na Margem Equatorial

Propostas do FGV Ibge para destinação de recursos públicos

Mudança de arcabouço institucional para receitas com exploração de recursos não renováveis, sobretudo petróleo e gás natural

Regras fiscais que garantam direcionamento de parte relevante das receitas adicionais com setor extrativo para geração de resultado primário e redução da relação dívida/PIB, ao menos nos próximos dez anos

Destinação de receitas para viabilizar medidas de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas

Um TFFF (Fundo Florestas Tropicais para Sempre, na sigla em inglês) "turbinado" para ajudar a transformar biomas brasileiros em sumidouros de carbono expressivos

Potencial estimado da Margem Equatorial

10 bilhões

de barris de petróleo em reservas recuperáveis na região

R\$ 3,8 trilhões

é o valor bruto calculado, considerando barril do petróleo Brent a US\$ 70 e dólar a R\$ 5,40)

17 bilhões, aproximadamente,

é o volume atual de reservas oficiais provadas no Brasil em outras regiões. Esse volume deve entrar em declínio a partir da próxima década

40 milhões a 50 milhões

de barris ao dia é o gap global entre oferta e demanda de petróleo em 2050, segundo estimativa do FGV Ibge para o cenário considerado mais provável

Fonte: FGV Ibge, com dados de IBP, EPE, Petrobras, IEA e SEEG

O potencial calculado para a Margem Equatorial, diz Borges, é equivalente a um novo pré-sal. "Extrapolando e usando a mesma curva, o pré-sal produzia zero em 2010 e hoje produz 3 milhões de barris ao dia. Em tese, a margem poderia chegar a isso." O petróleo vindo da região, aponta, mais do que compensaria o declínio esperado para a atual produção brasileira de petróleo, que deve crescer e chegar a 5,5 milhões de barris ao dia no início da próxima década e depois passará a cair, chegando a menos de 1 milhão perto de 2050. "O petróleo da Margem Equatorial pode ter efeito bem relevante porque pode alterar essa curva e estabilizar a produção brasileira, pelo menos nas décadas de 30 e 40."

Faria lembra que por enquanto não há garantias de que há petróleo na margem. Há apenas análises preliminares. Em outubro, a Petrobras recebeu licença do Ibama para a perfuração de poço exploratório em águas profundas do Amapá, na foz do Amazonas, uma das cinco bacias que compõem a Margem Equatorial.

A exploração da área suscita questões importantes relacionadas à agenda climática e ambiental, diz Borges, mas é preciso considerar os cenários mais prováveis para a demanda global de petróleo nas próximas décadas.

Ele lembra que a meta estabelecida em 2015, no Acordo de Paris, é de limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais para minimizar perdas com mudanças climáticas. Para isso, explica, teríamos que buscar o chamado "net zero", que é zerar as emissões líquidas de gás de efeito estufa até perto de 2050 ou 2060.

Em relatório divulgado em novembro, a IEA (Agência Internacional de Energia, na sigla em inglês) projeta que, com o "net zero", a alta média da temperatura atinge perto de 1,65°C em 2025 e cai para baixo de 1,5°C em 2100. O relatório mostra outras duas perspectivas. No CPS [Cenário de Políticas Atuais], que considera as políticas de

redução de emissões já existentes e implementadas, o aquecimento alcança 2,9°C em 2100. No STEPS [Cenário de Políticas Declaradas] - que inclui também as metas assumidas para redução de emissão, considerando que elas serão cumpridas - a perspectiva é um pouco melhor, com alta que atinge 2,5°C em 2100.

Caso seja comprovado o petróleo, não explorar seria ato de heroísmo sem sentido”

A demanda por petróleo e gás natural depende dessa evolução, observa Borges. Análises da IEA e da petroleira BP mostram que a demanda em 2050 no cenário net zero seria entre 25 milhões a 35 milhões de barris ao dia, o que seria atendido pela oferta projetada para o período. Mas nos cenários do CPS ou do STEPS, mais factíveis, diz, a demanda deverá ser maior e não será atendida pela oferta atual, que está em declínio, mesmo considerando investimentos e projetos já aprovados. O descompasso entre oferta e demanda deve ficar entre 40 milhões a 50 milhões de barris/dia em 2050, aponta.

O economista lembra que as estimativas atuais são de que o mundo tenha reservas de petróleo equivalentes a cerca de 1 trilhão de barris. Mas nem todas são viáveis economicamente, porque depende do breakeven, ponto de equilíbrio em que as receitas de um negócio cobrem as despesas.

Hoje, diz Borges, na Arábia Saudita esse ponto de equilíbrio é em torno de US\$ 20 o barril, um dos mais baixos. “Dinamarca e Rússia têm breakeven próximo de US\$ 30 a US\$ 40 o barril. No Brasil, na bacia de Santos, é perto disso, mas em alguns campos do pré-sal é cerca de US\$ 30. No shale americano e no do Canadá esse ponto é mais alto, de US\$ 60, chegando a US\$ 70”, compara, com base em dados do Goldman Sachs. “Não se sabe qual o custo da Margem Equatorial, mas considerando o que acontece na Guiana [que passou a produzir petróleo há cerca de cinco anos e faz parte do mesmo sistema sedimentar da área da Margem Equatorial], o breakeven está em torno de US\$ 25 a US\$ 30 o barril. A Margem Equatorial pode ter custo mais baixo que o do pré-sal. Uma das razões é a curva de aprendizado do Brasil na exploração em águas profundas. É um volume razoável de reservas com custo bastante competitivo.”

Faria frisa que é necessário debate cuidadoso sobre protocolos de segurança para a exploração. Borges também destaca que é preciso considerar a dimensão ambiental. “Uma exploração praticamente ao lado da floresta amazônica suscita questão de risco de acidentes e incidentes que poderiam ameaçar o principal bioma brasileiro e que é importante no quadro do efeito estufa global.”

O Brasil, diz Borges, é exportador líquido de petróleo desde 2016, com boa parte da expansão recente de produção com o pré-sal destinada ao mercado externo. A demanda doméstica por derivados de petróleo, diz, está mais ou menos estável nos últimos anos, mesmo com o crescimento da economia desde 2021. “E o Brasil está relativamente avançado em termos de descarbonização da matriz energética. Metade da nossa oferta de energia já é renovável. No mundo a taxa é perto de 15%.”

Dinheiro novo provavelmente postergará reformas necessárias para ajuste fiscal”

— Luiz G. Schymura

O desafio está em pecuária e desmatamento, que respondem por 70% das emissões de gases de efeito estufa do país, contra 18% no mundo, observa Borges. “Para cumprir as metas do Acordo de Paris, é preciso acabar com o desmatamento. O Brasil foi o país que mais desmatou no mundo nos últimos 25 anos. Um terço de todos os desmatamentos de florestas tropicais no mundo desde 1990 aconteceu no Brasil.”

Borges defende que a exploração da margem torna necessário iniciar desde já o debate sobre uso dos recursos pelo setor público. Borges defende que esses recursos sejam destinados, ao menos nos próximos dez anos, para gerar resultado primário e reduzir o endividamento da União. Ele defende também a mudança do arcabouço institucional sobre o uso de recursos oriundos da exploração de petróleo e gás natural alcançando

não só União, como Estados e municípios. “Estudos acadêmicos mostram que muitas vezes esses recursos de royalties, que são finitos, são usados para financiar despesa permanente, como de pessoal.” É preciso, diz, evitar a maldição dos recursos naturais, pela qual a descoberta de jazidas de petróleo e outros minérios levem a uma deterioração fiscal porque “já se começa a gastar por conta”.

Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, não acredita que o Brasil esteja sujeito à maldição do petróleo, mas também é cético em relação a uma destinação de recursos concentrada para ajustes fiscais. “Não será uma tragédia, não vão gastar tudo. Mas, por exemplo, hoje se fala em uma nova reforma da Previdência, diante de um cenário à frente de dificuldade de fechar o fiscal. Entrando esse dinheiro novo de petróleo, provavelmente a reforma será postergada.”

Para Faria, se for comprovada a presença de petróleo na margem, não explorar a região seria abrir mão de um recurso para o mundo. “Seria um ato de heroísmo sem sentido. Vamos explorar e tentar canalizar os recursos para que possamos resolver questões no Brasil, para garantir que ao menos um pedaço não seja mal gasto.”

“O ajuste fiscal e a redução de endividamento fazem parte de um first best para o uso de recursos do petróleo”, diz Borges. “Se isso não for viável, pelo menos os recursos podem ser usados para manter a floresta brasileira em pé, regenerá-la, criar sumidouros de carbono. É possível aproveitar o TFFF - Fundo Florestas Tropicais para Sempre, um fundo global para recompensar países que protegem florestas - e, dependendo do desenho, não é impossível imaginar um cenário em que a exploração da margem daria contribuição líquida positiva para reduzir emissões no mundo, por mais que a queima do petróleo gere emissões brutas.”